

As faces da ironia: para uma análise crítica do uso da ironia em contexto institucional

*Eugénia Lourenço**

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

1. Introdução

Este artigo constitui uma análise ainda pouco amadurecida do uso da ironia em contexto institucional, no intuito de retirar da sua apresentação uma orientação para um trabalho futuro mais aprofundado e específico sobre os contextos de uso na Língua Portuguesa.

Tomando como ponto de partida a construção goffmaniana de face, mas simultaneamente inspirada por noções vindas de análises da relação entre poder e linguagem, como a ordem do discurso em Foucault e as estruturas sociais definidas em Bourdieu, veremos como a ironia pode ser uma estratégia discursiva para a manutenção e salvaguarda de faces. Em contextos assimétricos, a ironia é uma estratégia usada muitas vezes no sentido de exercer poder de um modo menos explícito, dando a conhecer as relações de dominação e de subordinação entre os intervenientes.

A assimetria latente na linguagem e a questão do poder interessam-me particularmente, por acreditar que o modo como a linguagem é usada por um falante influencia a imagem que os outros constróem dele. As escolhas linguísticas que o falante faz durante o seu discurso, se utiliza ou não um registo mais dominante, pode influir para que seja considerado mais ou menos assertivo, mais ou menos competente, mais ou menos autoritário e, de um modo geral, avaliado mais ou menos favoravelmente. Pelo uso muitas vezes inconsciente de determinadas expressões, registos ou estilos, o falante vai criando faces positivas ou negativas, mas que por vezes poderão não corresponder à realidade.

O modo como alinhamos o conteúdo de uma mensagem é tão importante como o próprio conteúdo. A linguagem tem a capacidade de reflectir a realidade social, de se construir na realidade social e eventualmente determiná-la. As estratégias verbais usadas na negociação das interpretações conversacionais são, na sua maioria, estratégias indirectas, onde a informação é inferida na base de pressuposições tácitas adquiridas através de experiências prévias de interacção.

*Aluna do Mestrado em Linguística Descritiva da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

O meu profundo agradecimento à Dra. M.ª Clara Keating pelos sábios conselhos na produção deste artigo.

Actas do XIX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa, APL, 2003, pp. 487-497.

A sociedade, pela sua estruturação e organização, tem um papel importante na configuração da linguagem; porém, a linguagem, pelo seu uso e prática, vai por sua vez configurar a sociedade. Por um lado, as regras pelas quais as sociedades se regem definem o comportamento dos seus membros, até mesmo a um nível linguístico, sendo possível associar determinadas formas linguísticas a grupos sociais específicos (como por exemplo, a linguagem jurídica ou a linguagem financeira). Por outro lado, é o uso dessa linguagem como prática social que permite que a sociedade se defina e se renove. Podemos dizer que é importante olhar para a contextualização da interacção, não só em termos de espaço físico onde esta decorre, ou em termos do alinhamento linguístico da interacção, mas também olhando para o papel que os participantes detêm na interacção em causa e na forma como esta interacção se insere nas estruturas da sociedade.

O contexto é um enquadramento institucionalizado de actividades onde surgem processos de fala emergentes que criam uma visão de 'contexto' mais limitada no sentido de ser uma interacção negociada e organizada localmente (Aaron V. Cicourel, 1992). Esta negociação inerente às interacções tem como objectivo a compreensão da mensagem que pretende ser transmitida pelo falante. Todavia, a intenção da mensagem não se deprende simplesmente pelas formas linguísticas expressas pelo falante, mas por todo um conjunto de factores situacionais e organizacionais que permitem a inferência da mensagem, mesmo que a transmissão desta se tenha efectuado por meios menos explícitos.

A necessidade de ter em atenção o contexto situacional em que a interacção está inserida é ainda mais premente quando essa interacção se desenrola nas organizações sociais, instituídas e características das sociedades, onde as condições para a interacção são especiais. Refiro-me à interacção institucional, ou seja, a que decorre em instituições específicas das sociedades (como escolas, tribunais, locais de trabalho) onde existe uma organização intrínseca à sua manutenção. É todo um conjunto de condições especiais inerentes à existência de uma determinada instituição que faz com que o diálogo estabelecido em contexto institucional seja diferente do diálogo dito 'normal'.

Na sua introdução editorial a uma colecção de artigos sobre a interacção no local de trabalho, Paul Drew e John Heritage (1992) distinguem a interacção institucional da dita 'normal' por, implicitamente ou não, conter directivas efectuadas a um dos participantes para a concretização de uma tarefa, estando o diálogo envolto de determinadas restrições inerentes à actividade, ou seja, ao contexto em que se insere. Deste modo, a interacção institucional está inserida numa conjuntura de inferências e procedimentos particulares aos contextos.

Nestas organizações hierarquizadas estabelecem-se assimetrias que se denotam ao nível da interacção verbal, às quais vou tentar prestar atenção neste artigo, olhando também para as relações de poder estabelecidas onde se denota o uso de estratégias linguísticas para salvar ou manter a face dos participantes (Goffman, 1967). Das várias estratégias linguísticas utilizadas pelos participantes em situações assimétricas, optei pela análise da ironia, usada muitas vezes num misto de humor e de sarcasmo, uma estratégia que contém sempre um objectivo implícito na sua produção.

Foucault (1972), na sua análise à ordem do discurso, dá atenção às relações de poder e de resistência inerentes ao contexto desse discurso. Estabelece condições para que o uso

da linguagem tenha determinados valores de falsidade ou de verdade, como o conjunto de procedimentos e de condições discursivas que organizam a qualificação de determinadas declarações que são feitas e que estabelecem as condições em que essas declarações possam ser tidas como autênticas ou verdadeiras.

Sendo a sociedade estruturada e regrada, quando se reproduzem papéis de autoridade ou de submissão, está-se a reproduzir algo que já está implícito e subjacente ao contexto. Reparemos que as instituições têm por norma uma estrutura orgânica pré-definida que rege hierarquicamente e define os poderes dos que fazem parte delas. Existem factores que nos levam a considerar que A tem mais poder que B, um poder que lhe pode estar atribuído por uma estrutura organizacional superior e que determina a ordem hierárquica, nomeadamente, no local de trabalho.

Sendo o discurso tão determinado como Foucault preconiza, de acordo com Bourdieu (1991), existem no próprio mundo social e não apenas dentro de sistemas simbólicos (língua, mitos, etc.) estruturas objectivas, independentes da consciência ou da vontade de cada um, capazes de dirigir e de restringir as suas práticas de representação. Nesta restrição e estruturação subjacente na sociedade, deparamo-nos com instâncias de demonstrações claras de poder, nomeadamente em contextos institucionais.

Muitas vezes a linguagem está ao serviço de quem detém o poder, mas também pode acontecer que aqueles que estão numa posição hierarquicamente inferior resistam a esse mesmo poder através da linguagem. É neste jogo de deter ou de resistir ao poder que a ironia pode surgir como uma estratégia goffmaniana de salvaguarda e manutenção das faces dos participantes, uma noção que viria ser mais tarde desenvolvida por Brown & Levinson (1987) no sentido da construção de uma auto-imagem pública por parte de todo o ser social, duas perspectivas em que me centrarei de seguida.

2. Face em interacção

Erving Goffman (1967) trouxe a noção de **face** como uma imagem auto delineada em termos de atributos sociais, um valor social positivo que alguém reclama na interacção social e que o indivíduo assume que vai ser validada pelos outros que estão envolvidos na interacção. O facto importante a reter não é que o interlocutor possui faces, mas que possui faces diferentes (faces dinâmicas e que mudam), o que torna difícil a previsão do comportamento dos falantes ou dos ouvintes.

Goffman (1959) comparou a vida em sociedade à actuação de actores num palco, assinalando que, para podermos interagir com os nossos pares, passamos a assimilar regras sobre o comportamento do grupo, sem que necessariamente tenhamos consciência disso. Na linha da definição de Goffman de que as pessoas são actores cuja tarefa principal é o desempenho de vários papéis para construir a sua identidade social, atribuindo um carácter dramático à vida do dia-a-dia, quando algo corre mal o indivíduo empenha-se no trabalho da face de modo a ultrapassar situações em que a linha de acção do indivíduo é ameaçada por exigências inesperadas. Deste modo, equilíbrio ('poise') ou *savoir-faire* são estratégias utilizadas na luta contra o embaraço quando e se a fachada pretendida é

posta em questão. Isto aplica-se não só ao embaraço de si próprio, mas também ao embaraço que o outro sente pelos outros se sentirem embaraçados.

Quando a face é ameaçada, é necessário recorrer ao trabalho da face, conforma as palavras de Goffman:

“By face-work I mean to designate the actions taken by a person to make whatever he is doing consistent with face. Face work serves to counteract ‘incidents’ - that is, events whose effective symbolic implications threaten face. Thus poise is one important type of face work, for through poise the person controls his embarrassment and hence the embarrassment that he and others might have over his embarrassment”.

(Goffman, 1967, pp. 306)

O indivíduo mantém a face quando a sua apresentação e gestão do ser é internamente consistente. Porém, a face que o indivíduo apresenta é apenas tão boa como a vontade da audiência em a considerar verdadeira. Os que observam têm um papel na interacção e fazem parte da habilidade de alguém em manter a face:

“A person’s performance of face-work, extended by his tacit agreement to help others perform theirs, represents his willingness to abide by the ground rules of social interaction. Here is the hallmark of socialization as an interactant. If he and others were not socialized in this way, interaction in most societies and most situations would be a much more hazardous thing for feelings and faces”.

(Goffman, 1967, p. 318)

O *savoir-faire* permite ao indivíduo navegar em situações difíceis, o que inclui um conjunto de estratégias e de mecanismos utilizados para salvar a face. Em muitas situações, por exemplo, o riso e a leveza servem para ‘amaciar’ situações difíceis.

Brown & Levinson (1987) expandiram a abordagem goffmaniana e trouxeram-na para os estudos pragmáticos, tendo redefinido ‘face’ como ‘desejos’ (*wants*), sendo que o indivíduo pode possuir uma *face positiva* (o desejo de pelo menos satisfazer e corresponder aos desejos e expectativas de alguns) ou uma *face negativa* (o desejo de não deixar que as suas acções possam ser impedidas pelos outros). Por outras palavras, a face positiva está relacionada como o desejo de se ser aceite, valorado e respeitado: os outros apoiam esta face positiva através de expressões de solidariedade e de aprovação. A face negativa refere-se ao desejo do indivíduo de se libertar de imposições ou restrições: a face negativa de alguém é compensada na medida em que os outros comunicam com tacto, evitando infringir a autonomia do indivíduo. Cada membro opta entre estas duas faces para a construção a sua auto-imagem pública.

A crítica é um exemplo de uma estratégia discursiva que muitas vezes ameaça a face dos participantes. A crítica joga ao contrário dos desejos de face dos recipientes e desafia a autonomia do recipiente, ou seja, a face negativa do recipiente é ameaçada. A crítica

transmite também desacordo sobre algo que está relacionado com o recipiente, ameaçando também a face positiva do recipiente. O modo pelo qual a crítica é transmitida pode mitigar ou agravar o grau de ameaça da face do recipiente.

Este tipo de estratégias discursivas de manutenção e salvaguarda da auto-imagem pública (ou face) é muito recorrente em interações no local de trabalho. Aplicando a noção dramaturgicamente de Goffman ao contexto institucional em destaque neste meu artigo, podemos alinhar como participantes numa “dramaturgia” distinta um grupo de pessoas que partilhem algo, nomeadamente, o local de trabalho, formando assim uma equipa de “actores” sociais a desempenhar o papel que lhes foi atribuído. Todavia, estes actores têm presente que para conseguirem um determinado desempenho (que na maioria das vezes corresponde ao que os outros esperam que façam), terão que trabalhar de forma constante a imagem que pretendem transmitir. O esforço para manter a “face” terá até de superar eventuais ameaças que lhe sejam feitas, mesmo que estas não sejam colocadas de uma forma explícita.

Alguém (um actor) tem medo de perder a face, porque provavelmente sofrerá uma perda de reputação, respeito ou prestígio social. A frustração do seu desejo individual, que pode abalar a sua auto-imagem positiva, pode ainda ser menos lesiva do que a distorção da sua auto-imagem pública e as suas consequências sociais. No local de trabalho, a defesa de uma imagem profissional processa-se de forma semelhante. A imagem profissional refere-se à percepção que colegas e clientes têm da competência, carácter e postura de outrém. Uma pessoa que constrói efectivamente a imagem de um profissional competente é vista pelos colegas, superiores, subordinados e clientes como sendo capaz de levar a cabo as exigências técnicas e sociais do seu trabalho.

A literatura tradicional sobre a construção da imagem profissional fala-nos de como se dá a projecção de características superficiais (e.g. aparência, comportamento) e características substanciais (i.e. discurso, valores), como estas moldam as percepções imediatas dos outros e as expectativas subsequentes da competência de um indivíduo e como este se ajusta a um determinado contexto profissional (Goffman, 1959). A associação de alguém a um determinado grupo social pode constituir uma ameaça considerável à imagem profissional de alguém, caso essas associações sejam a estereótipos negativos de incompetência profissional. As pessoas cuja imagem profissional está negativamente influenciada pela associação a um determinado grupo social irão provavelmente gerir uma atitude de impassibilidade para reduzir a discrepância que existe entre as imagens profissionais reais e desejadas que os estereótipos criam.

3. O uso da ironia na construção da face

O uso de linguagem figurativa é um meio importante através do qual as pessoas expressam os seus pensamentos, sentimentos e atitudes entre si. A metáfora, por exemplo, pode ser utilizada para exprimir ideias que dificilmente se transmitiriam de modo literal. Ao dizer ‘a minha vida é uma prisão’, ideias tais como clausura e falta de controlo podem estar a ser utilizadas para expressar sentimentos negativos sobre o trabalho de alguém.

estas formas diferentes de humor para atingir diversos objectivos pragmáticos, ou metas discursivas. Por exemplo, o sarcasmo, no qual o falante normalmente diz qualquer coisa positiva para transmitir uma intenção negativa, é frequentemente usado para dar ênfase aos eventos negativos e para exprimir emoção.

Quando usada no local de trabalho, a ironia pode ter o intuito de reduzir as desigualdades entre os trabalhadores de diferente estatuto profissional, mas pode também servir para dar ênfase aos desequilíbrios de poder, ou até mesmo constituir um modo permitido para pôr em causa as hierarquias existentes, como pelos exemplos que irei apresentar.

4. A defesa da face

Em contextos institucionais, quando os indivíduos se encontram em interacções assimétricas, os que detêm o poder podem articular este poder ao se referirem abertamente à posição que detêm. Por outro lado, é também possível ‘exercer’ poder de um modo menos explícito, o que é geralmente mais aceite.

Trevor Pateman (1980) introduziu o termo *repressive discourse* (discurso repressivo), para quando existe uma estratégia discursiva para disfarçar a intenção coerciva subjacente a uma proposição, ou que ofusca as relações de poder envolvidas. Nesta linha de ideia, a ironia pode constituir um meio para realizar este discurso repressivo, nomeadamente quando quem detém o poder pretende que um subordinado cumpra uma tarefa, produzindo para o efeito uma directiva disfarçada pela ironia.

De um modo contrário, a ironia pode também ser utilizada por subordinados numa situação desigual de poder de modo a subverter a estrutura de poder patente. A ironia constitui um meio aceitável de indicar o desacordo com algo, marcar um protesto ou até mesmo constituir um desafio a participantes mais poderosos.

Pretendendo enveredar por uma investigação aprofundada ao uso da ironia na Língua Portuguesa, mas não tendo ainda um *corpus* que me permita uma análise ao contexto português, escolhi para apresentar aqui apenas dois exemplos retirados do artigo de Janet Holmes, ‘Politeness, power and provocation: how humor functions in the workplace’ (2000), onde a autora faz uma análise ao uso do humor no local de trabalho. Podendo a ironia ser considerada uma forma de humor, embora a autora faça uma análise ao humor subjacente às interacções que analisa, considero que, dependendo do relacionamento existente entre os participantes, estas interacções podem transmitir uma carga irónica, implícita no que é proferido pelo falante e pela reacção do ouvinte.

Comecemos por ver um exemplo que nos mostra como a ironia pode ser utilizada para atenuar uma directiva entre pessoas em situação desigual de poder:

(1) **Contexto** → *A gestora, Beth, dirige-se à assistente administrativa, Marion, que está na conversa com uma secretária*

*Beth: OK Marion I'm afraid serious affairs of state will have to wait
we have some trivial issues needing our attention
[all laugh]*

Na tentativa de não ameaçar a face do subordinado, aquele que detém o poder opta por ‘dar a entender’ o que pretende utilizando uma frase irónica. No entanto, não nos podemos esquecer que continua a ser uma directiva, mesmo que transmitida de forma implícita, logo constitui um discurso repressivo. O que não temos é uma demonstração directa de poder ou de autoridade, como nos indica a transcrição de que todos riem após o comentário da gestora Beth. Todavia, este mesmo comentário irónico, dependendo do tom de voz e do relacionamento que exista entre os colegas, poderia constituir uma ameaça à face do subordinado, uma demonstração clara de poder que acabaria de forma abrupta com a conversa ‘fútil’ da subordinada.

(2) *Contexto* → Neil, o chefe, chegou para chamar o seu assistente administrativo, Ken, para uma reunião para a qual Ken está atrasado. Ken está no computador a trabalhar:

Neil: *hate to drag you away when you're obviously having so much fun
 but it IS after ten*

Ken: *[laughs] some fun*

No segundo exemplo, podemos observar que Neil é irónico, disfarçando uma reprimenda pelo facto de Ken estar atrasado para uma reunião. Ken interpreta o comentário do seu chefe como irónico, o que se denota pela sua resposta na sequência de uma risada. No entanto, na resposta de Ken poderá existir também algum desagrado, sendo que contraria a “quantidade” de divertimento que lhe é atribuída pelo chefe, ao argumentar que está apenas a ter “algum” divertimento (*so much fun* vs. *some fun*).

Por vezes, torna-se difícil distinguir se o falante pretendeu somente ‘brincar’ com a situação, proporcionando um momento de humor, ou se a sua formulação foi irónica, numa estratégia ‘off-record’ (Brown & Levinson, 1987), pretendendo implicitamente transmitir ao ouvinte uma outra intenção.

5. Observações finais sobre o uso da ironia

A ironia pode ser muitas vezes utilizada para disfarçar a força das críticas existentes nas interacções assimétricas, mas, muitas vezes o que pode parecer um evitar ou contornar de uma situação de conflito numa tentativa de não acentuar o poder de forma directa e explícita, pode acentuar o peso da crítica e constituir uma forte ameaça da face. A ironia neste tipo de contexto é utilizada claramente como um mecanismo de discurso repressivo: utilizada para disfarçar o facto de que o falante tem autoridade suficiente para exigir que o ouvinte se comporte de uma determinada maneira e para reprimir o ouvinte que não se comporta como lhe é exigido pelos estatutos.

Mas a ironia pode também ser utilizada como uma estratégia para pôr em causa as relações que subsistem dentro de uma estrutura de poder institucional. Funciona como uma estratégia discursiva de crítica, uma *estratégia contestativa* (*constestative strategy*, Holmes, 2000, p. 177) que constitui um dos poucos meios aceites e ao alcance dos subordinados que pretendem desafiar e pôr em questão as estruturas de autoridade existentes, mesmo que apenas temporariamente.

Quando a ironia é utilizada por aqueles que estão no poder como um mecanismo discursivo repressivo, dissimulando as estruturas de autoridade ou as relações de poder envolvidas de modo a ganhar a concordância do receptor, vai funcionar estrategicamente, codificando uma directiva ou uma crítica numa forma mais aceitável. Neste tipo de contexto, a ironia reflecte uma preocupação positiva em relação ao ouvinte e é um indicativo de boa vontade e de uma intenção básica de cooperação: funciona como um meio para manter e negociar o respeito entre os participantes.

Alternativamente, a ironia pode ser utilizada pelos subordinados numa relação assimétrica de poder como um mecanismo discursivo de crítica de modo a facilitar um desafio à necessidade de manter uma face positiva ou negativa do ouvinte. Muitas vezes, o humor aparece sob a forma de uma declaração irónica que serve como um disfarce ao que poderia ser entendido como um desafio implícito à autoridade superior, atenuando insultos no local de trabalho.

Na minha curta experiência profissional como funcionária numa Repartição de Finanças participei em algumas situações onde a ironia era uma estratégia recorrente, nomeadamente, para demonstrar desagrado em relação a uma directiva. Lembro-me, por exemplo, de uma situação em que o meu superior hierárquico me mandou dactilografar um ofício, interrompendo o serviço que eu estava a desenvolver. Não gostando de ser interrompida, principalmente porque não considerava urgente nem mais importante a execução imediata daquela directiva, olhei para ele e disse-lhe: "Então, mas porque não vai o senhor para o computador escrever o ofício? Pensei que conhecia as letras!". Não julguem, no entanto, ter sido um acto de rebeldia ou de desobediência da minha parte. A minha atitude prendia-se ao facto de este tipo de directiva ser recorrente: sentia uma certa prepotência e uma clara demonstração de poder, sendo esta a minha forma de resistir e de mostrar o meu desagrado perante a situação.

Por outro lado, a reacção que provocava no meu interlocutor com este tipo de respostas não era a de irritação, mas a de um misto de espanto e riso, sendo que chegou a admitir muitas vezes que, embora a minha 'reguilice' (como ele lhe chamava) pudesse ter alguma razão de ser, eu seria obrigada a resignar-me devido à minha posição hierarquicamente inferior. Ou seja, eu até podia demonstrar o meu desagrado perante a situação, mas isso seria irrelevante, pois o lugar que eu ocupava na Lei Orgânica que regulava e determinava a organização no Serviço de Finanças colocava-me numa posição hierarquicamente inferior à dele, pelo que lhe devia obediência.

No meu dia-a-dia, as pessoas com quem me relaciono, quer seja profissionalmente ou não, consideram-me uma pessoa irónica, muitas vezes a 'roçar' o sarcástico. No entanto, na maioria das vezes a minha intenção é simplesmente a desconstrução do que é dito pelos outros: gosto de 'pegar' no que alguém diz e aproveitá-lo num jogo irónico em que o meu intuito é simplesmente o de chamar a atenção para o que foi dito.

Dei-me conta de algumas situações entre amigos onde a ironia é utilizada como uma forma de crítica com o intuito de humilhar ou gozar alguém do grupo. Normalmente, nestas situações a pessoa que tece um qualquer comentário irónico é tida como sendo mais astuta e com um poder de argumentação superior, o que nos mostra que, mesmo entre

pares, a linguagem transmite a existência de certas assimetrias que acabam por se transformar em 'senso comum'.

É certo que a minha investigação num futuro próximo pretende se centrar no uso da ironia no local de trabalho, mas parece-me que se alargasse o objecto de estudo a situações diversas a conclusão a que chegaria seria provavelmente a de que a ironia é uma estratégia privilegiada na identificação de interacções assimétricas, quer a assimetria seja socialmente determinada, isto é, determinada pelo exterior (em contextos situacionais como a escola, o tribunal e o local de trabalho), quer seja depreendida unicamente pelo uso da linguagem, ao longo das negociações feitas por participantes quando envolvidos numa determinada interacção social.

Referências

- Arriscado Nunes, João (1993) Erving Goffman, a Análise de Quadros e a Sociologia da Vida Quotidiana. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 37, pp. 33-49.
- Austin, J. L. (1962) How to do things with words. In Coupland, Nikolas & Adam Jaworski (eds.) *The Discourse Reader* (1999). London: Routledge, pp. 63-75.
- Billig, Michael (2001) Humour and hatred: the racist jokes of the Ku Klux Klan. *Discourse and Society*, vol. 12(3), pp. 267-289. Sage Publications, Inc.
- Bourdieu, Pierre (1991) *Language and Symbolic Power*. Ed. & intro. J. B. Thompson, trans. G. Raymond and M. Adamson. Cambridge: Polity Press.
- Bratman, Michael E. (1990) What is Intention?. In Coheen, Philip R., Jerry Morgan & Martha E. Pollak (eds.) *Intentions in Communication*. Massachusetts Institute of Technology, pp. 15-31.
- Brown, Penelope & Stephen C. Levinson (1987) *Politeness: some universals in language usage*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Cameron, Deborah (2001) *Working with Spoken Discourse*. London: Sage Publications, Inc.
- Cicourel, Aaron V. (1992) The interpenetration of communicative contexts: examples from medical encounters. In Duranti, Alessandro & Charles Goodwin (eds.) *Rethinking Context: Language as an interactive phenomenon*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 291-310.
- Coulmas, Florian (1997) A matter of choice. In Putz, Martin (ed.) *Language Choices: Conditions, Constraints and Consequences*. Amsterdam (Philadelphia): John Benjamins Publishing Company, pp. 31-44.
- Drew, Paul & John Heritage (eds.) (1992) *Talk at work: interaction in institutional settings*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Duranti, Alessandro (1997) *Linguistic Anthropology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Ehrlich, Susan (2002) Legal institutions, nonspeaking reciprocity and participants orientations. *Discourse and Society*, vol. 13(6), pp. 731-747. Sage Publications, Inc.
- Fairclough, Norman & Ruth Wodak (1997) Critical Discourse Analysis. In van Dijk, Teun A. (ed.) *Discourse as Social Interaction*. London: Sage Publications, Inc, pp. 259-284.

- Foucault, Michel (1972) *The Archaeology of Knowledge*, transl. A. Sheridan Smith Sawyer. New York: Pantheon.
- Goffman, Erving (1959) *The Presentation of Self in Everyday Life*. Harmondsworth: Penguin.
- Goffman, Erving (1967) On face-work: An analysis of ritual elements in social interaction. In Coupland, Nikolas & Adam Jaworski (eds.) *The Discourse Reader*. London: Routledge, pp. 306-320.
- Goffman, Erving (1984) *Forms of Talk*. Oxford: Basil Blackwell.
- Goffman, Erving (1986) *Frame Analysis: An Essay on the Organisation of Experience*. Boston: Northeastern University Press [1974].
- Gumperz, John J. (1992) Contextualization and understanding. In Duranti, Alessandro & Charles Goodwin (eds.) *Rethinking Context: Language as an interactive phenomenon*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 229-252.
- Gumperz, John J. (1999) Sociocultural knowledge in conversational inference. In Coupland, Nikolas & Adam Jaworski (eds.) *The Discourse Reader*. London: Routledge, pp. 98-106.
- Holmes, Janet (2000) Politeness, power and provocation: how humour functions in the workplace. *Discourse Studies*, vol. 2(2), pp. 159-185. Sage Publications, Inc.
- Jaworski, Adam & Nikolas Coupland (1999) Perspectives on Discourse Analysis. In Coupland, Nikolas & Adam Jaworski (eds.) *The Discourse Reader*. London: Routledge, pp. 1-44.
- Jefferson, Gail, Harvey Sacks & Emanuel Schegloff (1987) Notes on laughter in the pursuit of intimacy. In Button, Graham & John R.E. Lee (eds.) *Talk and Social Organisation*. Clevedon: Multilingual Matters, Lda, pp. 152-205.
- Kendon, Adam (1992) The negotiation of context in face-to-face interaction. In Duranti, Alessandro & Charles Goodwin (eds.) *Rethinking Context: Language as an interactive phenomenon*. Cambridge: University Press.
- Kreuz, Roger J. & Kristen E. Link (2002) Asymmetries in the use of verbal irony. *Journal of Language and Social Psychology*, vol. 21, n.º 2, June 2002, pp. 127-143. Sage Publications, Inc.
- Levinson, Stephen (1983) *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Pateman, Trevor (1980) *Language, Truth and Politics: towards a radical theory for communication*. London: Jean Stroud.
- Pexman, Penny M. & Kara M. Olineck (2002) Understanding Irony: How do stereotypes cue speaker intent?. *Journal of Language and Social Psychology*, vol. 21, n.º 3, September 2002, pp. 245-274. Sage Publications, Inc.
- Phillips, Susan (1992) The routinization of repair in courtroom discourse. In Duranti, Alessandro & Charles Goodwin (eds.) *Rethinking Context: Language as an interactive phenomenon*. Cambridge: University Press.
- Rubinstein, Aynat (2003) Using LSA to detect irony in <http://www.cs.bham.ac.uk>.